O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT – PELO ART. 82 – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha aqui no plenário da TV Alesp, pessoal da PEC 02, que está ali nessa batalha, quem nos acompanha pela TV Alesp, presidente, venho a esta tribuna primeiro porque hoje foi um dia muito duro para mim, porque nós iniciamos no início desse ano uma batalha em fevereiro, quando a Ford anunciou o fechamento da fábrica em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, fábrica onde eu trabalhei 25 anos – fui diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Ali, eu construí uma boa parte da minha vida e uma boa parte da minha história. E, durante um mandato do ano inteiro, nós fomos construindo um processo de negociação, houve contatos com o governo federal, contato com o governo municipal, contato com o governo estadual aqui no estado de São Paulo, João Doria, encaminhamentos para ver qual era o resultado final que saía, para a gente tentar resolver, ver se conseguia aproveitar parte dos trabalhadores da Ford.

Houve uma tentativa de algumas empresas de tentar comprar aquele parque industrial – porque é um parque industrial importante: a fábrica é antiga, mas os equipamentos são novos.

E, o final da história: hoje foi a última assembleia na portaria da Ford. Dia 31 agora ela encerra todas as operações de caminhões, já encerrou as operações de automóvel. E, tem um impasse entre ela, o governo e a Caoa, que não deu ainda um acordo.

E nós estamos lá, presidente, tentando ainda fazer esse acordo, para tentar salvar ali algo em torno de 800 empregos. E, talvez, no futuro, a Caoa já manifestou que gostaria de fazer um carro, alguns carros em São Bernardo e com isso pudesse contratar mais pessoas. Infelizmente a função da questão do BNDES, um problema empresarial da Caoa, BNDES, a Ford e o Governo do Estado de São Paulo até agora esse problema não foi resolvido. E aqui, no dia 2 de outubro, nós debatemos um projeto importante que discutia exatamente as montadoras aqui no estado de São Paulo, um projeto que era do governo João Doria, o 752, que tratava... o IncentivAuto, que eu acabei discutindo, negociando com alguns deputados, e 63 deputados acabaram assinando a emenda aglutinativa.

E nessa emenda aglutinativa - ela foi aprovada aqui na Casa - a semana passada o governador João Doria acabou vetando parte importante da emenda. Talvez, deputado Gil, tenha vetado o coração da emenda. Ele vetou o § 4º da emenda e seus demais incisos, que são três incisos, como ele não entende nada de indústria e nem conseguiu vender a Ford.

Vamos ver o que ele vetou, o § 4º: "Fica o Poder Executivo autorizado a dispor, mediante decreto sobre condições diferenciadas, para concessão do desconto previsto no

§ 1º deste artigo, para projetos de investimento que contemplem, além dos requisitos previstos no Decreto 64.130, de 8 de março de 2019, investimento para as seguintes finalidades:

Inciso I - Ampliação ou implementação de etapas fabris em unidades industriais localizadas no estado de São Paulo..."

O que é essa etapa fabril? É desde quando chega a bobina de aço na fábrica. Aí se começa a fazer etapa de produção na empresa de fabricação do carro no estado de São Paulo.

"Desde que alcançado, no mínimo, oito etapas fabris, dentre as seguintes categorias de atividades: estampagem, soldagem, tratamento anticorrosivo e pintura, injeção de plástico, fabricação de motores, fabricação de caixas de câmbio e transmissão, fabricação de sistemas de direção e suspensão, montagem de sistemas elétricos, fabricação de sistemas de freios e eixos, montagem e revisão final de ensaios compatíveis, montagem de chassis de carrocerias, montagem final de cabines ou carrocerias com instalação de itens, inclusive acústicos, térmicos e de forração e de acabamento." Esse é o inciso I.

O II - Fica da seguinte maneira: "Propulsão energética para emissão de gases de efeito estufa. Fica então..."

O que é propulsão veicular? O que é isso? São as empresas, de investir no carro híbrido, o carro elétrico híbrido, e na questão do combustível renovável. Nós somos um dos maiores produtores de combustível limpo do mundo, que é o etanol a partir da base da cana-de-açúcar.

E o III - "Investimentos em pesquisas, desenvolvimento, inovação tecnológica, bem como projetos de dispositivos e serviços de ferramentarias."

Então, o que o João Doria vetou, como ele não conhece o projeto, como ele não conhece nada de indústria, vetou exatamente, presidente, o coração do projeto, que eu vou tentar aqui nesta Casa negociar com o líder do Governo, com o presidente da Assembleia para derrubar esse veto, porque o que ele derrubou, presidente, não impõe nenhum custo para o Estado, não impõe um real de custo. É simplesmente...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para conclusão, deputado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Fazendo com que as empresas... orientem as empresas a investir cada vez mais em energia limpa, em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia.

Infelizmente este é o Governo do Estado de São Paulo que tentou ser corretor da Ford, vender a Ford e não conseguiu, deputado Gil Diniz.

Então, eu precisava fazer aqui esse chamamento aos deputados, aos líderes para nos ajudar a derrubar esse veto do João Doria.

Muito obrigado, presidente.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. GIL DINIZ - PSL - Sr. Presidente, cabe uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Sim, só um minutinho para fazer algumas comunicações e já passo a Vossa Excelência.

Convocação: Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, ou às 19 horas, caso a sessão não atinja seu tempo limite, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

* * *

- NR - A Ordem do Dia para a 55a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 30/10/2019.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para comunicação, o deputado Gil Diniz. Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. GIL DINIZ - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Rapidamente, presidente, só para questionar ao líder do Partido dos Trabalhadores se ele não poderia imaginar que isso iria acontecer. Estava mais do que claro, deputado Barba. Vossas Excelências já conhecem como funciona a Casa, como funciona o poder do Palácio. Tentaram construir uma emenda aglutinativa, mas sabendo que ele iria vetar o que não era importante para o governador.

Fomos, tentamos obstruir, colocamos nosso ponto de vista. Vossa Excelência tentou, junto ao governo, fazer essa aglutinativa. Eu imagino que, pela experiência que toda a bancada do PT e todas as bancadas de esquerda têm aqui na Casa, sabiam que o governador não iria acatar.

Foi o que ele fez: vetou o que o senhor colocou, o coração daquilo que o senhor entendia que era válido. Agora, vamos ver se esse veto vem aqui para o plenário para a gente avaliar e verificar. Da nossa parte, votamos contrariamente por entendermos que não era um projeto bom para o estado de São Paulo.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, apenas uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Até entendo o discurso de oposição do deputado Gil Diniz, porque ele está confuso dentro do seu partido, está muito confusa a história política.

Mas já tem um compromisso do deputado Barba, feito com o líder do Governo, com o Governo de São Paulo, de a gente derrubar esse veto assim que a gente for pautar os vetos. Acho que isso é natural. Foi, na minha opinião... A Fazenda aceitou e houve algum equívoco. Liguei para o Barba no dia, dizendo a ele que vamos derrubar, porque foi um acordo feito nesta Casa.

O SR. GIL DINIZ - PSL - É bonito ver o PT e o PSDB juntos aqui no plenário.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sempre juntos, PT, PSDB, PSL, tudo o que for bom para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputados, depois os senhores podem fazer essa discussão.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, peço a suspensão dos nossos trabalhos até as 17 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental. Antes, porém, temos aqui algumas convocações para serem feitas.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 710, de 2019, de autoria do nobre deputado Marcio da Farmácia.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Wellington Moura, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar da 23ª Conferência Nacional da Unale, a realizar-se entre os dias 20 e 22 de novembro, em Salvador.

Em discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento da nobre deputada Monica da Bancada Ativista, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para constituição de uma comissão de representação com a finalidade de representar a Assembleia Legislativa de São Paulo no evento "A Toda Marcha - Emergência Climática, Feminismo e Governos Locais", a realizar-se entre os dias 8 e 9 de novembro na cidade de Coquimbo, no Chile.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Convocação: Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68 do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 17 horas, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1.149, de 2019, de autoria do Sr. Governador.

Nos mesmos termos, convoco V. Exas. Para um segundo congresso de comissões, um minuto após o término do primeiro, das seguintes comissões: Assuntos Desportivos, Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Finanças, Orçamento e Planejamento, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei 346, de 2019, do deputado Altair Moraes, um minuto após o término da primeira reunião.

Nos mesmos termos, convoco a terceira reunião das seguintes comissões, um minuto após o término da segunda, Constituição, Justiça e Redação, Assuntos Desportivos, Finanças, Orçamento e Planejamento, para observar, debater e deliberar sobre o Projeto de lei nº 15.512, de 2015, de autoria do nobre deputado Alexandre Pereira.

Nos mesmos termos, convoco V. Exas. Para um quarto congresso de comissões, um minuto após o término do terceiro, das seguintes comissões: Constituição, Justiça e Redação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Finanças, Orçamento e Planejamento, para deliberar sobre o Projeto de lei nº 710, de 2019, de autoria do nobre deputado Marcio da Farmácia.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, vamos suspender os nossos trabalhos até as 17 horas e 30 minutos. Antes, porém, apenas para informar que a Comissão de Representação da deputada Monica é sem ônus para esta Casa.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 16 horas e 46 minutos, a sessão é às 17 horas e 30 minutos, sob a Presidência do Sr. Sebastião Santos.

* * *

O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO SANTOS – REPUBLICANOS – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, Inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se hoje, às 17 horas e 40 minutos, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1.149, de 2019, de autoria do Sr. Governador.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT – Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito a suspensão dos trabalhos por 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Havendo acordo, estão suspensos os nossos trabalhos até as 17 horas e 50 minutos.

* * *

- Suspensa às 17 horas e 30 minutos, a sessão é às 17 horas e 51 minutos, sob a Presidência do Sr. Gilmaci Santos.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

* * *

- NR - A Ordem do Dia para a 56a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 30/10/2019.

* * *

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Sr. Presidente, havendo acordo de líderes, requeiro o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 52 minutos.

* * *

29 DE OUTUBRO DE 2019
55ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, saúda os servidores no plenário, na luta contra a aprovação do PL 899/19. Considera o projeto como um golpe, um calote, que prejudicará muitos servidores. Apela aos deputados que votem contra este projeto. Esclarece que a existência do precatório já é um golpe, já que o Estado deve aos servidores e não paga. Diz ser absurda a redução do valor dos precatórios de 30 para 11 mil reais. Destaca o aumento da arrecadação e do Orçamento do Estado. Informa a obstrução do PSOL a este projeto. Esclarece que a data-base dos servidores não foi respeitada.
3 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Coloca em discussão o PL 899/19.
4 - MÁRCIA LULA LIA
Discute o PL 899/19.
5 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Afirma ter recebido com tristeza e preocupação a notícia do estado de saúde do prefeito de São Paulo, Bruno Covas. Diz que todos os deputados desta Casa, independentemente de partido, estão orando e rezando por sua recuperação. Demonstra a solidariedade e o apoio de todos os 94 deputados. Deseja saúde, sucesso e que Deus o abençoe.
6 - ED THOMAS
Para comunicação, afirma que tudo dará certo com o prefeito Bruno Covas. Parabeniza o deputado Barros Munhoz pelo seu aniversário no último sábado.
7 - SARGENTO NERI
Discute o PL 899/19.
8 - TEONILIO BARBA LULA
Discute o PL 899/19.
9 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Discute o PL 899/19.
10 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Encerra a discussão do PL 899/19.
11 - ALTAIR MORAES
Para comunicação, agradece a todos os deputados que entenderam que seu projeto é justo. Destaca o apoio do deputado Wellington Moura, entre outros.
12 - DELEGADO OLIM
Para comunicação, informa que amanhã, às 15 horas, o governador João Doria fará o anúncio do aumento de salário das polícias paulistas. Diz aguardar um aumento com dois dígitos. Convida todos os deputados ligados às polícias para prestigiar o anúncio no Palácio dos Bandeirantes.
13 - TEONILIO BARBA LULA
Para comunicação, solidariza-se com o prefeito Bruno Covas. Deseja sucesso em seu tratamento, em nome da bancada do PT. Afirma que, diferentemente do que os procuradores do Ministério Público fizeram com o presidente Lula quando este perdeu membros da família, estes deputados são pessoas do bem e desejam breve recuperação ao prefeito, para que ele possa prosseguir na sua vida política.
14 - CAIO FRANÇA
Para comunicação, diz estar orando pela recuperação do prefeito Bruno Covas, que considera como uma referência na política. Destaca sua tristeza ao receber esta notícia. Ressalta sua torcida pela recuperação do prefeito. Considera Bruno Covas um grande parceiro, com uma grande trajetória pela frente.
15 - APRIGIO
Para comunicação, parabeniza os funcionários públicos pelo dia de ontem. Lembra que os funcionários de Taboão da Serra estão há seis anos sem aumento de salário. Lamenta a falta de materiais básicos nas escolas públicas. Pede que o Governo olhe mais para os professores e todos os funcionários públicos.
16 - CARLÃO PIGNATARI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
17 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido. Lembra a realização da segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje às 20 horas e 17 minutos. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma comunicação pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa., para uma comunicação, o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria de saudar a honrosa presença dos servidores e servidoras aqui hoje no plenário, que estão na luta contra a aprovação desse perverso e danoso PL 899, que representa um verdadeiro golpe, um verdadeiro calote dos precatórios, do pagamento dos precatórios, que vai prejudicar imensamente milhares e milhares de servidores, sobretudo aposentados, pensionistas e pessoas da terceira idade.

É um crime esse projeto, Sr. Presidente. Eu faço aqui um apelo aos deputados e deputadas para que votem contra esse projeto, porque a própria existência do precatório já é um golpe contra os servidores, porque o estado deve e não paga. Agora, esse projeto é um absurdo. Essa redução de 30 para 11 mil reais é um absurdo total, Sr. Presidente. E nós sabemos - aliás, nós estamos discutindo o Orçamento deste ano - que aumentou a arrecadação. O Orçamento para 2020 está na ordem de quase 240 bilhões de reais, então a justificativa do projeto não se sustenta, por isso nosso apelo a cada deputada e a cada deputado.

Nós, do PSOL, somos contra, vamos votar contra, estamos em obstrução a esse projeto, mas eu faço um apelo para que os 94 deputados e deputadas se coloquem frontalmente contra esse perverso e danoso projeto que vai prejudicar os nossos servidores e as nossas servidoras, que já estão com salários arrochados, defasados, com as carreiras destruídas pela política de ódio do PSDB.

É um absurdo, a data-base até agora não foi respeitada, Sr. Presidente. A data-base que nós aprovamos em 2006 aqui neste plenário, um projeto do próprio Executivo foi aprovado e o Executivo não respeita. Agora então mais um golpe em cima dos servidores, mais um calote, agora o calote do PL 899, o calote dos precatórios.

Então, fica aqui o nosso apelo. Eu rogo a cada deputado e a cada deputada para que se coloquem frontalmente contra a aprovação do PL 899. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, nobre deputado.

Discussão e votação do Projeto de lei 899, de 2019, de autoria do governador. Para falar contra, nobre deputado Roque Barbiere. Ausente. Deputada Márcia Lia. Para falar contra, tem V. Exa. o tempo regimental.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Muito boa noite a todos e a todas, aos servidores, às pessoas que se encontram no plenário para acompanhar essa discussão que fazemos hoje.

Esse Projeto de lei, o 899, que tenta reduzir o valor, hoje máximo, de R$ 30.119,20 para R$ 11.678,90, começa como um projeto inconstitucional, porque no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias está estabelecido qual é o valor mínimo para se pagar precatórios.

Então, ele já começa errado. Ele não tem sustentabilidade porque ele é inconstitucional. Então, nós temos aí um debate bastante significativo para colocar, porque um projeto de lei estadual não pode infringir a legislação constitucional. Ele seria um projeto de lei infraconstitucional.

Nós temos, também, que considerar que o estoque de precatórios tem aumentado. Em 2009, nós tínhamos R$ 19 bilhões e hoje nós temos aproximadamente quase R$ 26 bilhões de estoque de precatório, porque o governo do estado de São Paulo não tem atendido a emenda constitucional que estabelece que os precatórios deveriam ter sido pagos até o ano de 2014.

Portanto, o que nós estamos tratando aqui, além das questões sociais, além da injustiça que significa você punir pessoas que durante tantos e tantos anos ficaram aguardando. Tem pessoas há mais de dez anos aguardando o pagamento de precatórios.

É mais ou menos a mesma coisa da aposentadoria, né? A pessoa fica a vida inteira contribuindo para o sistema previdenciário, a vida inteira sonhando com o dia em que ela vai conseguir se aposentar, porque a aposentadoria nada mais é do que a contribuição que ela fez ao longo de 20, 30, muitas vezes mais de 30 anos de trabalho, 35 anos de trabalho, e aí a pessoa, quando vai se aposentar, se depara com uma mudança na legislação. E essa mudança vai acrescer tanto em número de anos que ela terá que trabalhar, mas quanto também o sentimento de frustração em relação ao valor da aposentadoria que vai cair e muito.

Então, nós estamos vivendo um momento em que os mais pobres, os menos favorecidos, aqueles que, de fato, deveriam ter os seus direitos protegidos pelo estado, estão vivendo à mercê de golpes diários. Desde que derrubaram a presidenta Dilma o que a gente tem visto neste País é o desmonte das políticas sociais, desde que a gente teve um golpe institucional neste País, um golpe irresponsável.

E hoje eu falei aqui nessa tribuna da desindustrialização do estado de São Paulo e da quantidade de indústrias do estado de São Paulo que estão fechando as suas portas. Porque somente os grandes industriais têm sido favorecidos com a reforma trabalhista, com as reformas que têm sido postas, com as isenções fiscais que o Governo do Estado e o governo federal têm dado a rodo para todos os grandes latifundiários, os grandes empresários, os grandes industriais.

Nós, inclusive, enquanto deputados, não temos acesso a essas informações, posto que essas informações são sigilosas. E agora nos deparamos com essa barbaridade que é esse projeto de lei que tenta também tirar direito das pessoas que litigaram com o Governo do Estado, que ganharam o seu pleito na Justiça, que conseguiram fazer com que os seus direitos fossem respeitados.

E agora, quando chega a hora de receber os seus precatórios, o Governo do Estado de São Paulo quer diminuir de 30 mil 119 reais para 11 mil 678 reais. Com essa situação, milhares de pessoas deixarão de ter, no caso de ser aprovada, a prioridade do pagamento. Com isso, o valor dos precatórios vai se alongar e muito. As pessoas que já estavam na iminência de receber. E 30 mil reais, vamos convir, não é nada tão significativo assim.

Mas, de qualquer forma, o governo quer postergar essa possibilidade dos pagamentos dos precatórios de pequeno valor, diminuindo ainda mais o valor. Nós discordamos. Portanto, a bancada do Partido dos Trabalhadores votará contra o Projeto de lei nº 899. Não temos acordo com esse projeto de lei. A gente sabe das dificuldades. A gente sabe, também, que a cada dia mais o Governo do Estado descumpre os preceitos constitucionais.

Ainda mais – como eu já disse – quando nós nos deparamos com o ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que fala claramente qual é o valor mínimo para que esses precatórios sejam pagos. Essa situação faz e fará acumular ainda mais valores que já são estoques de precatórios, valores altíssimos.

Com essa situação, ainda vão se aprofundar mais, e aumentar ainda mais o estoque de precatórios no estado de São Paulo. Discordamos veementemente desse projeto de lei. Não vamos participar dessa situação.

Tenho uma informação que, entre 2004 e abril deste ano, de 2019, o Governo do Estado pagou R$ 6 bilhões com precatórios de pequeno valor; apenas 17% do total do valor.

Portanto, não é algo tão significativo assim os precatórios de pequeno valor, para que o governo prorrogue ainda mais o tempo desses pagamentos. Segundo o Governo do Estado, são 64 mil processos existentes em 2019. E teriam de ser pagos mais R$ 1 bilhão. Portanto, seriam 18 mil 622 processos a serem pagos.

O governo alega que a gestão financeira do Estado poderá sofrer com esse pagamento. Mas a gente sabe muito bem que não é fato, não é verídico isso, porque o Governo do Estado tem aumentado a sua arrecadação, e bastante. Olha: o Governo do Estado não fala de reduzir os vultosos bilhões gastos com isenções fiscais de ICMS que, de 2008 a 2018, chegaram a 130 bilhões de reais. E ele está fazendo uma tempestade num copo d'água para pagar R$ 1 bilhão de precatórios de pequenos valores.

Se a gente considerar os R$ 130 bilhões de isenções concedidas a grandes latifundiários, a grandes empresários, àqueles que não precisam porque já têm um poder de sobrevivência muito grande, cortar valor de precatórios é tirar do pequeno. Ele vai tirar, exatamente como o governo do Jair Bolsonaro está fazendo: vai tirar dos pobres. Vai tirar do pequeno, daquele que depende dos recursos para sobreviver.

É disso que se trata; é da discrepância e do aumento da desigualdade social nesse país que nós estamos falando aqui. A cada dia, o pessoal mais simples, o pessoal mais pobre, o pessoal mais vulnerável se sente achincalhado, se sente desprotegido, porque o Estado, que teria a obrigação de proteger as pessoas, retira a cada dia mais do pequeno. Presidente, é do pequeno que ele tira; não é do grande.

O grande não precisa de tão pouco, mas sim aquela pessoa idosa, muitos idosos, muitos aposentados que já se foram, que faleceram e que sonhavam em receber aquilo que lhes era de direito. São muitas as ações judiciais que foram vencidas na Justiça, na Justiça do Trabalho, na Justiça Comum, na Justiça Federal, e que o governo se recusa a pagar. E agora vem aí com essa proposta de reduzir ainda mais o valor dos precatórios de pequeno valor.

Nós não vamos aceitar. Nós vamos resistir, nós não vamos concordar com esse projeto de lei. Nós apresentamos emendas. O deputado Campos Machado também apresentou emendas. E nós vamos resistir o quanto for necessário para que esse projeto de lei do Sr. Governador João Agripino Doria seja rejeitado nessa Casa. Nós sabemos que vários deputados que não são, inclusive, da oposição, também são contrários a esse projeto de lei.